

Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT)

Resumo Executivo da 28ª reunião – 27/08/2025 (7ª de 2025)

O QUE VOCÊ VAI ENCONTRAR NESTE DOCUMENTO?

- **Cronograma da reunião;**
- **Em seguida, o resumo executivo traz informações sobre:**
 - Síntese do estágio atual da política estadual de financiamento da educação infantil em Mato Grosso em 2024, com foco na retomada das obras de creches;
 - Contextualização do processo de seleção de municípios, em 2025, para a concessão de repasses de recursos estaduais destinados à expansão da oferta de vagas, no âmbito do Edital de Chamada Pública nº 003/2025/GS/SEDUC/MT;
- **Seção “Notícias”, com atualizações sobre políticas educacionais, incluindo prazos de adesão, novos programas, ações em curso e dados recém-publicados.**

CRONOGRAMA DA REUNIÃO

1. Acompanhamento das obras para expansão de vagas em creches selecionadas em 2024 (30 min.)
Objetivo: Apresentar o panorama atual das tratativas e do andamento das obras de creches selecionadas em 2024, financiadas com recursos estaduais.
Apresentação: <ul style="list-style-type: none">• 10 min. - Marcelo de Barros (Seduc-MT); Grupo de Trabalho - Obras
Debates: 20 min.
2. Destinação de recursos do orçamento estadual para a expansão de vagas em creches em 2025 (30 min.)
Objetivo: Discutir o <i>status</i> das propostas submetidas ao Edital de Chamada Pública de 2025 da Seduc, destinado à expansão da educação infantil nos municípios de Mato Grosso.
Apresentação: <ul style="list-style-type: none">• 10 min. - Cassyra Vuolo (Copec/TCE-MT); Marcelo de Barros (Seduc-MT); Grupo de Trabalho - Obras
Debates: 20 min.

RESUMO EXECUTIVO

1. ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS PARA EXPANSÃO DE VAGAS EM CRECHES SELECIONADAS EM 2024

O Gabinete de Articulação para Efetividade da Política da Educação em Mato Grosso (Gaepe-MT) tem exercido papel articulador na estruturação de uma política pública duradoura **para o financiamento da educação infantil, com foco prioritário na ampliação da oferta de vagas em creches.**

Em 2024, as ações concentraram-se na retomada de obras paralisadas, com a destinação de **R\$ 20.978.730,06 do Fundo Estadual de Apoio à Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (FMTE)**, instituído pela **Lei nº 12.431, de 5 de fevereiro de 2024¹**, e regulamentado pelo **Decreto nº 975, de 23 de agosto de 2024²**, à conclusão de 15 unidades de creches em 13 municípios:

- Cáceres;
- Colniza;
- Cotriguaçu;
- General Carneiro;
- Marcelândia;
- Mirassol D'Oeste;
- Poconé;
- Porto Estrela;
- Primavera do Leste;
- Rondolândia;
- Santo Antônio de Leverger;
- Santa Terezinha; e
- São José do Povo.

Dentre os avanços registrados, destaca-se a conclusão da obra de Poconé, representando um resultado concreto no processo de ampliação da oferta de vagas em creches.

Para garantir a execução desses investimentos, o Gaepe-MT estabeleceu um canal permanente de diálogo com as prefeituras beneficiadas, promovendo o monitoramento

¹ <https://drive.google.com/file/d/11uGQTIUPJSq2mSgo6zB2Fpazz6HY5u9m/view?usp=sharing>

² <https://drive.google.com/file/d/1bq6eWNTjUqR7s8IsqTtOms35cdwn2t19/view?usp=sharing>

contínuo do andamento das construções e compartilhando periodicamente dados estratégicos com os entes da governança. Esse acompanhamento é realizado pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento de Obras do Gaepe-MT, composto por representantes da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Instituto Articule, Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT), Undime-MT e Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT).

No dia 13 de junho de 2025, o Grupo de Trabalho realizou a primeira reunião técnica com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), ocasião em que foram levantados entraves relacionados à utilização dos recursos e riscos de responsabilização dos gestores.

Em continuidade, em 25 de julho de 2025, ocorreu a segunda reunião técnica, voltada ao aprofundamento do alinhamento entre governo estadual, municípios e FNDE, com foco no esclarecimento de dúvidas sobre execução de recursos e prestação de contas. Nesses encontros, os municípios de Mirassol D'Oeste e Primavera do Leste apresentaram, respectivamente, seus principais desafios técnicos e operacionais.

Principais questões abordadas nas reuniões com o FNDE

- **Conclusão da obra com recursos próprios:** deve ser formalizada ao FNDE por meio de ofício protocolado digitalmente, acompanhado de histórico do caso, embasamento jurídico, documentação técnica, laudos e imagens. Essa comunicação deve ser feita com antecedência, para evitar abertura de processo de responsabilização.
- **Planilhas incompatíveis com o projeto pactuado:** deve ser enviada nova planilha compatível, sem alterações de projeto. Caso haja necessidade de modificação de itens, deve-se utilizar material de igual qualidade, com justificativa expressa. Alterações não autorizadas não são admitidas. Para demandar ajustes ou alterações, é preciso também enviar ofício ao FNDE.
- **Modificação do projeto:** não são permitidas alterações no projeto padrão pactuado. Recursos estaduais ou municipais podem ser utilizados apenas para complementações que não descaracterizem o objeto da obra.
- **Encerramento do termo de compromisso antes da conclusão:** o termo deve permanecer vigente até a finalização integral da obra, garantindo a conformidade dos compromissos e a regularidade da prestação de contas. Se o prazo encerrar sem a

conclusão, o município deverá prestar contas em até 60 dias, apresentando toda a documentação comprobatória (notas fiscais, registros, entre outros).

- **Expiração do termo de compromisso sem alimentação do sistema:** é obrigatório atualizar o Simec a cada 30 dias e documentar todas as etapas (ofícios, planilhas, registros fotográficos, pareceres técnicos e laudos). A prorrogação do termo deve ser solicitada com, no mínimo, 60 dias de antecedência do vencimento.
- **Encaminhamento de dúvidas ao FNDE:** questionamentos devem ser formalizados por meio de ofício enviado exclusivamente via Protocolo Digital do FNDE.
- **Cautelas recomendadas:** 1) Atualizar as informações de andamento da obra no Simec a cada 30 dias; 2) Solicitar a prorrogação do termo de compromisso com pelo menos 60 dias de antecedência ao vencimento; 3) Depositar a contrapartida estadual ou municipal em conta vinculada ao FNDE, garantindo transparência; 4) Documentar integralmente a execução: ofícios, planilhas, registros fotográficos, pareceres técnicos e laudos; 5) Não alterar o projeto padrão pactuado, utilizando recursos estaduais apenas para complementações que não descaracterizem o objeto.

Novas reuniões individuais com o FNDE estão em fase de agendamento. A 28ª Reunião Ordinária do Gaepe-MT, agendada para 27 de agosto de 2025, terá como uma de suas pautas a apresentação do panorama da execução das obras de creches selecionadas em 2024. Na ocasião, serão compartilhadas informações consolidadas sobre o estágio das tratativas e o andamento das construções, oferecendo à governança subsídios para fortalecer o monitoramento e o apoio às gestões municipais.

2. DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO ESTADUAL PARA A EXPANSÃO DE VAGAS EM CRECHES EM 2025

Em 2025, a política estadual avançou com o lançamento do **Edital de Chamada Pública nº 003/2025/GS/SEDUC/MT**³, voltado tanto à retomada de obras paralisadas quanto à construção de novas unidades de creche. Com previsão de aporte inicial de R\$ 40 milhões, a iniciativa integra um investimento escalonado que totalizará R\$ 120 milhões até 2027.

³ <https://iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/18447#/p:15/e:18447?find=Creches>

O Gaepe-MT participou ativamente da elaboração do edital, apresentando sugestões que aprimoraram os critérios de seleção, de modo a priorizar municípios com maior déficit de atendimento e assegurar condições técnicas viáveis para a execução dos projetos — com destaque para a defesa da adoção de um projeto padrão e para a simplificação de exigências operacionais.

Após sua publicação, o edital passou por dois ajustes significativos, construídos com a participação ativa das instituições da governança interinstitucional. O **Edital Retificador nº 02/2025**⁴ flexibilizou a entrega imediata da documentação técnica, permitindo que os municípios fizessem termo de compromisso com o projeto padrão da AMM e apresentassem os documentos posteriormente. Já o **Edital Retificador nº 03/2025**⁵, de 17 de julho, prorrogou o prazo de submissão para 5 de agosto de 2025, em resposta às dificuldades e dúvidas identificadas junto aos municípios, decisão adotada pela Seduc-MT em articulação com o Grupo de Trabalho de Acompanhamento de Obras do Gaepe-MT.

Ao final do processo, **34 municípios apresentaram propostas**, que totalizam **mais de R\$ 100 milhões em investimentos necessários**. Esse volume evidencia a insuficiência dos recursos previstos para 2025, já que a demanda registrada permitiria contemplar apenas parte dos municípios. Diante desse cenário, a **Comissão Permanente de Educação e Cultura (Copec) do TCE-MT**, sob a presidência do conselheiro **Antonio Joaquim**, assumiu protagonismo na articulação por uma ampliação dos recursos estaduais destinados à educação infantil em 2025.

A 28ª Reunião Ordinária do Gaepe-MT, agendada para 27 de agosto de 2025, apresentará o panorama de adesão ao Edital. As informações subsidiarão a definição coletiva de estratégias de apoio técnico e acompanhamento interinstitucional, bem como de ações voltadas à ampliação dos recursos destinados à educação infantil, de modo a alinhar esforços institucionais para responder de forma mais efetiva à demanda dos municípios.

⁴ <https://iomat.mt.gov.br/portaI/visualizacoes/pdf/18513/#/p:31/e:18513>

⁵ <https://iomat.mt.gov.br/portaI/visualizacoes/pdf/18569/#/p:42/e:18569>

NOTÍCIAS

MATO GROSSO DEBATE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA:

No dia 21 de agosto, o TCE-MT realizou o evento "*Planejamento intersetorial para a primeira infância: Planos Municipais e orçamento no PPA*", em parceria com Gaepe-MT, FMCSV e UNICEF. Especialistas destacaram a urgência de incluir a pauta nos Planos Municipais e no PPA, com atenção à equidade étnico-racial, e defenderam que investimentos nessa etapa devem ser tratados como prioridade nos orçamentos públicos. O encontro reforçou a importância da integração entre setores e do engajamento coletivo para transformar intenções em resultados concretos. O conteúdo está disponível no canal do TCE-MT no YouTube.

[Link para a gravação](#)

72% DAS OBRAS DA EDUCAÇÃO TÊM LAUDOS E ORÇAMENTOS INCONSISTENTES, DIZ

CGU: Auditoria identificou falhas em laudos técnicos e planilhas orçamentárias de obras de escolas e quadras financiadas pelo FNDE, com 100% de inconsistências em estados como Amapá, Tocantins e Bahia. Foram inspecionadas 230 obras em 163 municípios, somando R\$ 269 milhões em investimentos. O FNDE afirmou que a responsabilidade é dos municípios e que está adotando medidas de padronização e orientação para aprimorar a checagem e repactuação das obras.

[Link para a notícia](#)

NOVO PAC DESTINA R\$ 2,3 BILHÕES PARA CRECHES E ÔNIBUS ESCOLARES:

O presidente Lula anunciou a construção de 505 creches e escolas em 455 municípios e a aquisição de mil ônibus escolares para mil cidades, priorizando áreas de vulnerabilidade social. Além disso, serão investidos R\$ 1,17 bilhão na construção de 249 escolas indígenas e quilombolas, e lançadas as políticas nacionais de Educação Escolar Indígena (PNEEI-TEE) e de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Novo Pronacampo).

[Link para a notícia](#)

GOVERNO FEDERAL ANUNCIA R\$ 1,17 BILHÕES PARA EDUCAÇÃO INDÍGENA E

QUILOMBOLA: O investimento, no âmbito do Novo PAC, prevê a construção de 249 escolas (179 indígenas e 70 quilombolas) e 22 obras emergenciais nos territórios Yanomami e Ye'Kwana. Durante o evento em Minas Novas (MG), também foram lançadas a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI-TEE), a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Novo Pronacampo) e o Programa Escola Nacional Nego Bispo, voltado à valorização dos saberes tradicionais e promoção da educação inclusiva e intercultural.

[Link para a notícia](#)

MAIS DE 300 MIL CRIANÇAS VOLTARAM PARA A ESCOLA EM 8 ANOS, DIZ UNICEF:

Entre 2017 e 2025, a Busca Ativa Escolar possibilitou o retorno de mais de 300 mil crianças e adolescentes aos estudos. No entanto, 993 mil seguem fora da escola, sendo 55% meninos e 67% pretos, pardos ou indígenas, com maior concentração entre 15 e 17 anos (440 mil). Entre os motivos para evasão estão trabalho infantil, gravidez, violência e dificuldades de acesso. Além disso, 7 milhões de crianças de 0 a 3 anos estão fora da creche, o que representa 60% da faixa etária, apesar de o Plano Nacional de Educação prever 50% de matrícula até 2024.

[Link para a notícia](#)

COMISSÃO APROVA PROJETO QUE OBRIGA REGISTRO DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA A INDICAR SE DENÚNCIA PARTIU DA ESCOLA: A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família aprovou o PL 1107/24, que exige informar se casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes foram notificados pela escola. A proposta altera a Lei Henry Borel e o ECA e prevê que, ao suspeitar de violência, a denúncia seja feita prioritariamente pela direção escolar. A relatora, deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), defendeu que a medida aprimora dados para políticas públicas. O projeto ainda será analisado pelas comissões de Educação e de Constituição e Justiça e, se aprovado, seguirá para o Senado.

[Link para a notícia](#)

PNE MOBILIZA DEBATE NACIONAL SOBRE OS RUMOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: A Comissão Especial do Plano Nacional de Educação (PNE) avança na construção do relatório que definirá as metas da educação brasileira para 2025-2035. O novo PNE prevê ampliar a cobertura de creches de 37% para 60%, universalizar o acesso de 6 a 17 anos até o 3º ano de vigência e expandir a educação integral para 55% das escolas. Também propõe oferecer Educação Profissional e Tecnológica integrada a 50% das matrículas do ensino médio. Com recorde de 3.070 emendas apresentadas, os debates destacaram a alfabetização na idade certa, redução de desigualdades e aperfeiçoamento da avaliação e monitoramento da aprendizagem.

[Link para a notícia](#)

FNDE DETALHA AÇÕES E INVESTIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM FÓRUM DA UNDIME: A presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fernanda Pacobahyba, apresentou no 20º Fórum da Undime dados sobre o orçamento de 2025 (R\$ 108,5 bilhões), repasses do Fundeb (R\$ 30,9 bilhões até junho) e do Salário-Educação (R\$ 10,1 bilhões). Destacou o PDDE, que beneficiou 30,8 milhões de alunos, o aumento do valor do PDDE Equidade, obras do Pacto Nacional (390 concluídas) e a entrega de 1.214 ônibus escolares.

[Link para a notícia](#)

COMISSÃO APROVA METODOLOGIA DAS CONDICIONALIDADES DO VAAR: O Ministério da Educação (MEC) publicou as Resoluções nº 16/2025 e nº 17/2025, aprovadas pela Comissão Intergovernamental de Financiamento, que definem indicadores e metodologias para distribuição dos recursos da complementação-VAAR do Fundeb em 2026. Foram mantidas as metodologias das condicionalidades II (participação no Saeb) e III (redução de desigualdades), além dos indicadores de atendimento e aprendizagem aferidos pelo Inep. As condicionalidades I, IV e V seguem com comprovação no Simec até 31 de agosto de 2025.

[Link para a notícia](#)

DADOS DO PÉ-DE-MEIA DISPONÍVEIS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA: O MEC passou a disponibilizar no Portal da Transparência informações sobre o programa Pé-de-Meia, incluindo tipo de incentivo, valor e município da escola. A plataforma detalha mais de R\$ 10 bilhões pagos a 5,6 milhões de estudantes até junho de 2025, conforme previsto na Lei nº 14.818/2024, reforçando o controle social e a proteção de dados dos beneficiários, em sua maioria menores de idade.

[Link para a notícia](#)

AÇÃO NO STF E PEC NO SENADO COLOCAM EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PAUTA NACIONAL: Uma ADI no STF questiona leis do Paraná que destinam recursos às Apaes, sob alegação de violação ao princípio da inclusão plena. Já no Senado, a PEC da Educação Especial, que inclui a educação inclusiva como princípio do ensino, teve sua votação adiada para buscar consenso. Entidades defendem o direito de escolha das famílias e a manutenção de instituições especializadas, enquanto setores defendem maior investimento na inclusão nas escolas regulares.

[Link para a notícia](#)

POPULAÇÃO ENVELHECE, E ESCOLAS JÁ TÊM MAIS VAGAS QUE ALUNOS: Com a queda no número de crianças, mais de 60% dos municípios já têm turmas com menos de 21 alunos — média da OCDE — e 30% se aproximam do padrão escandinavo. O fenômeno reacende o debate sobre a rigidez dos pisos constitucionais de gasto com educação. Especialistas propõem redirecionar parte dos recursos para áreas como saúde, sem reduzir o gasto por aluno, enquanto entidades defendem manter o investimento como oportunidade para melhorar a qualidade do ensino.

[Link para a notícia](#)

GOVERNO ESTABELECE DIRETRIZES PARA EDUCAÇÃO INTEGRAL: Publicadas no DOU, as normas definem carga horária mínima de 7 horas diárias ou 35 semanais e valem para escolas públicas e privadas. Redes têm 180 dias para atualizar regulamentos, garantindo equidade com ações de transporte, alimentação e AEE, além de monitorar frequência e prevenir evasão. As diretrizes se alinham ao Programa Escola em Tempo Integral, que registrou 7,9 milhões de matrículas em 2024.

[Link para a notícia](#)

EDUCAÇÃO COM IA: BRASIL PREPARA REGULAMENTAÇÃO QUE PODE ENTRAR EM VIGOR EM 2026: O Conselho Nacional de Educação elabora resolução sobre uso e ensino de inteligência artificial na educação básica e superior, com consulta pública prevista para setembro. A proposta inclui ensino de IA em licenciaturas e pedagogia, restrições alinhadas à LGPD e mediação humana obrigatória, buscando um uso ético e responsável que proteja dados e direitos autorais.

[Link para a notícia](#)

RESTRIÇÃO A CELULAR NAS ESCOLAS MELHORA ATENÇÃO E CONVIVÊNCIA, MAS USO PEDAGÓGICO AINDA É DESAFIO: Seis meses após a lei que proíbe celulares nas escolas, redes relatam alunos mais engajados, melhor convivência e 70% menos casos de uso inadequado em SP. Persistem, porém, dificuldades no uso pedagógico e resistência inicial de estudantes e famílias, além do desafio de equilibrar a restrição com a crescente adoção de plataformas digitais.

[Link para a notícia](#)

GOVERNO LANÇA POLÍTICA NACIONAL INTEGRADA DA PRIMEIRA INFÂNCIA: Anunciada em 5 de agosto pelo presidente Lula e coordenada pelo MEC, a PNIPI integra ações intersetoriais voltadas a crianças de 0 a 6 anos, com foco em educação, saúde, assistência, direitos humanos e cuidados. A política prevê cinco eixos estruturantes, atendimento simultâneo a cuidadores e crianças, articulação federativa e uma estratégia nacional de monitoramento com indicadores específicos.

[Link para a notícia](#)

VAAR DO FUNDEB BUSCA PROMOVER APRENDIZAGEM COM EQUIDADE: Artigo analisa o *Valor Aluno-Ano por Resultados (VAAR)*, mecanismo do Fundeb que condiciona parte da complementação da União ao desempenho das redes de ensino. Com foco na equidade e na redução de desigualdades, o VAAR premia avanços na aprendizagem, mas enfrenta desafios de complexidade técnica e precisa de revisão prevista para 2026.

[Link para a notícia](#)

PNE TEM AVANÇOS NO ACESSO, MAS MAIORIA DAS METAS FICA INCOMPLETA: Em seu último ano de vigência, o Plano Nacional de Educação (PNE) alcançou avanços no acesso à educação infantil e ao ensino fundamental, mas apenas 4 das 20 metas foram cumpridas. A pandemia, cortes de recursos e falta de articulação federativa comprometeram os resultados. O novo plano, previsto para 2026, promete enfrentar desigualdades com foco em equidade e inclusão.

[Link para a notícia](#)

O QUE AS FAMÍLIAS ESPERAM DA ESCOLA EM 2025: Pesquisa do Itaú Social com 4.600 responsáveis por estudantes da rede pública revela que as principais demandas são educação em tempo integral, infraestrutura adequada, valorização dos professores, alfabetização, mais vagas em creches e novo modelo para os anos finais do ensino fundamental. A evasão escolar também preocupa: 51% percebem aumento nos abandonos.

[Link para a notícia](#)

PRÊMIO MEC 2025: VENCEDORES SÃO ANUNCIADOS EM CERIMÔNIA NO PLANALTO: Criado pelo Decreto nº 12.521/2025, o Prêmio MEC da Educação Brasileira reconheceu 116 destaques entre estudantes, professores, escolas e redes públicas. Os critérios de seleção incluíram indicadores do Inep e foco na equidade.

[Link para a notícia](#)

DESIGUALDADE NO ACESSO À CRECHE AUMENTA, APONTA ESTUDO DO TPE: Entre 2016 e 2024, a diferença no atendimento entre os 20% mais pobres e mais ricos subiu de 22 para 29,4 pontos percentuais. Quase 2,3 milhões de crianças de até 3 anos estão fora da creche por falta de vaga. Norte e Nordeste concentram os piores índices, e o Brasil não cumpriu a meta do PNE de 50% de atendimento até 2024.

[Link para a notícia](#)

VIOLÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL AINDA É NATURALIZADA: Pesquisa mostra que 29% dos responsáveis por crianças de até 6 anos admitem o uso de violência física como disciplina, apesar de apenas 17% acreditarem em sua eficácia. Especialistas alertam para impactos duradouros no desenvolvimento emocional. Iniciativas como o projeto "Aprender a Proteger", em Alagoas, buscam fortalecer a rede de proteção e mudar padrões culturais autoritários.

[Link para a notícia](#)

ANALFABETISMO FUNCIONAL AFETA 1 EM CADA 5 JOVENS FORA DA ESCOLA E DO TRABALHO: Segundo o Inaf 2024, 17% dos jovens de 15 a 29 anos estão em situação de analfabetismo funcional, sem estudar nem trabalhar. O estudo mostra estagnação no indicador desde 2018 e destaca que o Brasil tem hoje 29% da população de 15 a 64 anos com dificuldades de leitura e cálculo básicos. Mulheres jovens e negras estão entre as mais afetadas. Especialistas defendem a ampliação da EJA e programas de formação profissional.

[Link para a notícia](#)

INEP DIVULGA MICRODADOS DO INDICADOR CRIANÇA ALFABETIZADA: Publicados em 12 de agosto, os microdados permitem análises detalhadas sobre a alfabetização infantil no Brasil, com base nas avaliações aplicadas pelos estados no âmbito do CNCA. Em 2024, cerca de 2 milhões de estudantes foram avaliados. Considera-se alfabetizada a criança que atinge 743 pontos na escala do Saeb. O Inep reforça o compromisso com a transparência dos dados.

[Link para a notícia](#)

[Link para os microdados](#)

PDDE EQUIDADE - PRAZO PARA ADESÃO É AMPLIADO ATÉ 29/8: Escolas públicas elegíveis têm até o dia 29 de agosto para aderir ao segundo ciclo do PDDE Equidade pelo Simec. A iniciativa prevê R\$ 1,3 bilhão até 2026 para infraestrutura e projetos pedagógicos em escolas vulneráveis. As que aderirem até 11/8 terão prioridade no repasse dos recursos.

[Link para a notícia](#)

ESPECIALISTAS DEFENDEM REGULAÇÃO DAS REDES PARA PROTEGER CRIANÇAS: Após denúncias sobre a exploração da imagem de menores nas redes, especialistas reforçam a urgência de regulamentação das plataformas. O presidente Lula anunciou o envio de proposta ao Congresso nesta quarta (13/08). A Câmara também criou grupo de trabalho para elaborar um PL sobre o tema, com base no PL 2.628/2022, que prevê multas de até 10% do faturamento das empresas. Pesquisadores destacam que o uso das redes por crianças expõe a riscos como adultização, exploração e abuso, e que nem as famílias podem lucrar com imagens infantis. A Sociedade Brasileira de Pediatria pediu urgência na aprovação da nova lei.

[Link para a notícia](#)

PND TEM MAIS DE 1,1 MILHÃO DE INSCRITOS: A primeira edição da Prova Nacional Docente, que será aplicada em 26 de outubro, superou 1,1 milhão de inscrições. O exame poderá ser usado por redes de ensino em concursos a partir de 2026. A medida integra o Programa Mais Professores, que também prevê a Carteira Nacional de Docente e bolsas de R\$ 1.050 para estudantes de licenciatura presencial.

[Link para a notícia](#)

MEC QUER DIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA COP30: O Ministério da Educação negocia com a organização da COP30 a inclusão de um dia dedicado à educação ambiental. A conferência ocorrerá de 10 a 21 de novembro em Belém (PA). O MEC também planeja dobrar o número de alunos no ensino técnico em cinco anos e regulamentar nova política nacional da área.

[Link para a notícia](#)

EDUCAÇÃO CIDADÃ SERÁ OFERECIDA PELO MEC: O Ministério da Educação lançará o Programa Nacional de Educação para a Cidadania e para a Sustentabilidade, com a meta de formar um milhão de estudantes por ano sobre democracia e funcionamento dos Três Poderes. A ação, proposta por mais de 120 instituições da sociedade civil, será suprapartidária e contará com equipe de governança para garantir a neutralidade das aulas.

[Link para a notícia](#)

PROJETO PROPÕE FIM DA APROVAÇÃO AUTOMÁTICA NAS ESCOLAS: Aprovado na Comissão de Educação da Câmara, o PL 5.136/19 busca proibir a aprovação automática nos ensinos fundamental e médio. A medida divide opiniões: críticos apontam risco de aumento da evasão escolar, enquanto defensores afirmam que o modelo atual mascara o fracasso na aprendizagem. O texto segue para análise na Comissão de Constituição e Justiça.

[Link para a notícia](#)

AUMENTO DAS MATRÍCULAS EM CRECHE BENEFICIA CRIANÇAS: O acesso à creche para crianças de 0 a 3 anos alcançou 41,2% em 2024, após alta histórica de 3,1% em 2023. Entre 2023 e 2025, foram criadas mais de 61 mil novas vagas, com destaque para a inclusão de creches no Novo PAC. O MEC também lançou prêmio para municípios com maior taxa de cobertura, visando reduzir desigualdades no acesso.

[Link para a notícia](#)

GOVERNO PEDE PRIORIDADE AO STF NA LEI DA IGUALDADE SALARIAL: A AGU solicitou ao STF agilidade no julgamento da Lei 14.611/2023, que exige igualdade salarial entre homens e mulheres e a divulgação de relatórios por empresas com mais de 100 funcionários. Duas ações contestam a constitucionalidade da norma. O governo destaca a importância da medida para combater a desigualdade salarial — que hoje é de 20,9% — e garantir segurança jurídica.

[Link para a notícia](#)

ABERTA ADESÃO AO PACTO PELA RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS: Estados, municípios e o DF podem aderir ao primeiro ciclo do pacto até 19 de setembro, via Simec. A iniciativa do MEC visa apoiar a recomposição das aprendizagens na educação básica, com mapeamento de defasagens, formação docente e materiais pedagógicos, articulando-se aos planos de educação nacional e locais.

[Link para a notícia](#)

CÂMARA APROVA PROJETO CONTRA ADULTIZAÇÃO DE CRIANÇAS NA INTERNET: Aprovado em 20 de agosto, o projeto obriga plataformas a removerem conteúdos criminosos contra crianças após notificação, sem necessidade de ordem judicial. Prevê controle parental, verificação de idade mais rigorosa e criação de uma Autoridade Nacional para fiscalizar a lei. O texto volta ao Senado.

[Link para a notícia](#)

CAMPANHA NACIONAL ENFRENTA O CAPACITISMO: Lançada com o mote *Xô Capacitismo*, a campanha busca conscientizar sobre o preconceito contra pessoas com deficiência. O ativista Ivan Baron, que subiu a rampa com Lula em 2023, destaca o papel da escola e da comunicação acessível. A ação inclui materiais educativos e articulação política em defesa da inclusão.

[Link para a notícia](#)

MEC DEIXA DE COMPRAR LIVROS DIDÁTICOS PARA TODAS AS DISCIPLINAS EM 2026: Apesar de ter anunciado verba garantida, o MEC adquiriu apenas livros de português e matemática para os anos finais do fundamental. Disciplinas como história, geografia e ciências ficaram de fora por falta de orçamento. A previsão era de R\$3,5 bilhões, mas o programa conta com R\$2,04 bilhões. A lacuna atinge também livros consumíveis dos anos iniciais.

[Link para a notícia](#)

MEC PRORROGA PRAZO PARA MONITORAMENTO DOS CANTINHOS DA LEITURA: Unidades que receberam recursos em 2023 e 2024 têm até 30 de agosto para preencher o monitoramento no PDDE Interativo. Já as contempladas em 2025 mantêm o prazo de 1º a 30 de setembro. A ação integra o Programa Criança Alfabetizada.

[Link para a notícia](#)

[Link para o passo a passo](#)

[Link para o ofício](#)

Documento elaborado e revisado pelos seguintes membros do Instituto Articule

**Bárbara Alcântara
José Mauricio Avilla Carvalho
Willer Moravia**